

Inclusão e Exclusão na Nova Capital¹

Natalia Mori Cruz
Mestranda em Sociologia da UnB

Resumo: este trabalho tem como proposta a compreensão do espaço público de Brasília enquanto lugar de manifestação e de acesso a políticas públicas. Também pretende demonstrar como a exclusão decorrente do não-atendimento das necessidades por bens e serviços da população local está presente no espaço urbano. Para isso, faço uma breve análise da questão urbana nos países latino-americanos e da urbanização e migração brasileiras. Pretendo mostrar como o Brasil já se configura como país urbano nos anos 1970 e que essa tendência acarreta um estilo de vida urbano complexo e desigual (dificuldades de emprego, falta de moradia, água encanada e rede de esgoto, crescimento da pobreza urbana).

Palavras-chave: urbanização/ migração/ exclusão/ acesso/ políticas públicas.

Key-words: urbanization/ migration/ exclusion/ access/ public policies.

Abstract: this paper has the purpose of comprehending the public space of Brasilia as a place of manifestation and access to public policies. It also intend to demonstrate how the resulting exclusion from the non-sufficing of the necessities for goods and services from the local population presents itself in the urban space. In other to do that, a brief analysis of the urban question in latinamerica countries and of Brazilian's urbanization and migration is made. I intend to show how Brazil can be considered an urban country already in the 1970's and that this urbanity implies a complex and unequal urban way of life (unemployment, homelessness, lack of running water and sewage network, increase of urban poverty).

¹ Texto publicado na Pós – Revista brasiliense de pós-graduação em ciências sociais, ano V, 2001, p. 79 a 97.

Inclusão e Exclusão na Nova Capital²

Considerações Iniciais

O presente trabalho tem como proposta fazer uma breve análise da cidade de Brasília a partir dos aspectos de exclusão e acesso ao consumo. Proponho como objeto de estudo *compreender o espaço público de Brasília enquanto lugar de manifestação e de acesso a políticas públicas e a exclusão decorrente do não-atendimento das necessidades não-materiais da população local* (Pereira, 1973). Para isso, recorreremos a algumas questões do problema urbano no Brasil visíveis na Capital. Assim, os pontos escolhidos para realização dessa tarefa são as contribuições latino-americanas para se pensar uma teoria da cidade e uma análise mais específica sobre a cidade de Brasília, a partir das idéias de migração e de exclusão.

Sobre as contribuições latino-americanas, uso como apoio as idéias de dois autores: Luiz Pereira e Manuel Castells. Os conceitos de *urbanização sócio-pática* de Pereira e de *over-urbanization* de Castells serão a referência teórica para entender um pouco a problemática do urbano em nossas cidades³. O tema central é o descompasso entre a alta população urbana (devido a um extenso êxodo rural) e a incapacidade industrial de absorção da mão-de-obra crescente nas cidades, e os problemas decorridos desse desequilíbrio.

Para fazer a reflexão da cidade contemporânea, utilizo as teses de Bursztyin e outros autores presentes no livro, *No Meio da Rua*, sobre os moradores de rua da cidade, principalmente os catadores de papel. Outras referências serão devidamente especificadas.

O trabalho se divide nesta breve introdução (com um comentário geral sobre a questão urbana nos países da América Latina), uma parte sobre urbanização e migração, outra sobre Brasília e a parte dedicada ao tema proposto neste trabalho.

² Texto apresentado como trabalho final da disciplina *Sociologia Urbana*, ministrada pela Prof^a Doutora Barbara Freitag-Rouanet no 2º semestre de 2000, Universidade de Brasília/Deptº de Sociologia.

³ Faz-se necessário ressaltar que as teorias citadas fornecem elementos que podem nos ajudar a compreender melhor a dinâmica do espaço urbano. A teoria sobre as cidades desses autores é mais complexa e vasta, devendo ser relativizadas, uma vez que não se referem à cidade de Brasília, foco de análise desse artigo.

Nos estudos dos processos urbanos é fato consensual o rápido e desvairado desenvolvimento histórico da urbanização em vários pontos do mundo e principalmente na Ásia, África e América Latina. Nem mesmo cidades planejadas como Brasília, que deveria acolher inicialmente 500 mil pessoas e que já apresenta uma população quatro vezes maior que o previsto, deram conta de conter o crescimento desenfreado de suas populações urbanas.

Estatísticas das Nações Unidas mostram um aumento da população urbana dos países desenvolvidos entre 1950 e 1990 de aproximadamente 430 milhões. Nos países em desenvolvimento, o crescimento da população urbana, para esse mesmo período, é de nada menos que 1,07 bilhões. (NU: 1986, apud Stren: 1995).

Esse crescimento da população urbana acarreta sérios problemas de infra-estrutura e provisão de serviços. Uma das principais conseqüências é o impacto dessa precarização nas vidas dos pobres que habitam as cidades e que passaram por uma deteriorização do padrão de vida durante os anos 1980. Esta precarização atinge principalmente as crianças, mulheres chefes de casa, mulheres pobres e idosos, pois representam o maior grupo de risco dos centros urbanos. Problemas de saúde como dengue e cólera, a falta de estrutura de ensino, cuidados com as crianças e velhos são alguns exemplos de problemas que os pobres urbanos enfrentam cotidianamente.

A tendência mundial, já concretizada no Brasil, segue em direção a uma população mundial urbana em detrimento da população rural. Assim, os grandes centros urbanos se apresentam cada vez mais como focos atrativos para a população advinda do campo.

Ao mesmo tempo em que se verifica esse inchaço urbano, há um esvaziamento populacional dos grandes centros. Prédios são abandonados e há um recuo dos habitantes que não suportam mais a poluição sonora e visual, a violência, o trânsito intenso... O centro se esvazia e as periferias crescem, formando anéis viários ao redor do centro da cidade para onde a população se refugia. O crescimento populacional é, assim, maior nos perímetros urbanos, nos subúrbios e nos municípios deslocados do centro. O contingente populacional urbano aumenta nas cidades de porte médio.

Toda essa discussão indica um desnivelamento da distribuição econômica e social. O Brasil, dentre os países da América Latina, apresenta o maior índice de distribuição desigual de renda. Os indicadores sociais também nos mostram uma realidade fortemente

desigual e não democrática (no sentido do acesso aos bens públicos como educação, moradia, saúde,...) entre os brasileiros.

A maior taxa de analfabetismo entre esses países também é do Brasil, na época 19% e atualmente em torno de 14% (lembrando que essa taxa não inclui os analfabetos funcionais, ou seja, as pessoas que não conseguem ler um artigo de jornal ou revista, escrever um pequeno texto). A expectativa de vida dos brasileiros só não é menor que a dos peruanos e equatorianos e a taxa de crescimento da população brasileira é uma das mais altas: 2,2% entre os anos 1980 e 1989. O Brasil representa também o país com maior contingente populacional, de acordo com estimativas mais recentes: algo em torno de 160 milhões de habitantes⁴.

Urbanização e Migração

Falar do problema urbano em países latino-americanos significa considerar alguns pontos centrais: a densidade populacional, os movimentos migratórios e o subdesenvolvimento. Em decorrência desses elementos, surgem outros aspectos a serem aqui debatidos: a industrialização brasileira, a urbanização e a pobreza. Essas três primeiras idéias são comentadas por Pereira e Castells na construção de suas teorias.

O que se percebe quando se estuda uma teoria da cidade para um país pobre como o Brasil é a importância de se considerar as ondas migratórias em direção aos centros urbanos para o entendimento da urbanização brasileira. As intensas ondas migratórias são presentes até o momento atual da história do Brasil. A urbanização expressiva que configura o Brasil como país urbano já na década de 1970 tem como fator principal as ondas migratórias brasileiras. Esse processo faz com que autores como Barbara Freitag percebam o povo brasileiro como essencialmente nômade.

O economista Carlos Lessa diz que uma das idéias centrais que faz com que o homem do campo migre para a cidade é a possibilidade da idéia do público (a possibilidade de ter acesso a políticas públicas e serviços das cidades), em contraste com a vida no interior (Lessa, 2000:12).

⁴ As informações estão no texto de Lícia Valladares e Magda Coelho, *Brazil and Venezuela*. Capítulo 3 do livro: *Urban Research in the Developing World*, vol. III, editado por Richard Stren. 1995.

Insisto nessa questão por ser indispensável no entendimento das populações de rua de Brasília. A maioria dos moradores de rua da cidade é constituída por pessoas migrantes, ao contrário do Rio de Janeiro, cuja população de rua é essencialmente oriunda de adolescentes e jovens com problemas de desestruturação familiar. Assim, cada cidade, cada região apresenta uma organização sócio-espacial que lhe é própria.

Quem nos mostra essa diferença é o autor Carlos Henrique de Araújo que, apoiado em dados de pesquisa com moradores de rua de Brasília, diz ser sua população constituída em sua maior parte por famílias de migrantes recentes, a maioria vinda do interior goiano e baiano. Fato é que a situação que encontram na cidade é sempre melhor que a do campo, de onde quase todos vieram⁵. Para a socióloga, Barbara Freitag⁶, por mais caótico e desesperador que possa parecer a vida nos grande centros urbanos do mundo, a situação buscada sempre se mostra mais satisfatória que a vida levada no campo. Assim, a idéia que se evidencia é que antes das cidades representarem focos atrativos populacionais, a condição miserável de vida no campo torna-se fator inicial de expulsão dessas populações.

É aí que se encontra a razão para entendermos a busca de melhores condições de vida nas cidades. Segundo esse ponto de vista, as famílias migrantes buscam condições de sobrevivência nas cidades. O *ethos* da vida urbana, por sua vez, traz implícita a idéia de possibilidades de consumo de bens materiais e não-materiais.

Bursztyn classifica as ondas migratórias das últimas três décadas em três momentos. Primeiramente, a busca da população que abandonava o campo pelas grandes metrópoles brasileiras. Período esse que se estende até os anos de 1970 (o apogeu do que se chamou de “milagre econômico” brasileiro), cujo grande centro atrativo do País era a região da Grande São Paulo que atraía populações de todos os estados por causa do crescimento industrial que se evidenciava na época.

⁵ O autor é companheiro de Bursztyn nas pesquisas com os moradores de rua de Brasília. Uma das questões discutidas por ele é o fato de que, apesar de essas famílias viverem nas ruas, sobrevivendo do lixo da modernidade, a renda delas é maior que a adquirida na vida nos interiores dos estados brasileiros. Ele cita, inclusive, experiência realizada durante o Governo de Cristovam Buarque em que foi feito um levantamento das condições de vida de algumas famílias que eram do interior da Bahia e que foram integradas no Plano de Reforma Agrária da cidade local. O que se observou dois anos depois foi que todas essas famílias estavam de volta a Brasília, alegando que seu sustento era melhor na cidade-capital. Capítulo 3 : *Migrações e Vida nas Ruas* do livro já referido, *No Meio da Rua*.

⁶ As alusões feitas sobre comentários de Barabara Freitag-Rouanet são decorrentes de discussões em sala, anotações e idéias defendidas pela autora em textos lidos na disciplina *Sociologia Urbana*, 2º/2000.

Um segundo período se processa ao longo do governo militar com as possibilidades de emprego em grandes obras como a Rodovia Transamazônica e o Programa de Integração Nacional. Os empregos na indústria começavam se estagnar e o governo brasileiro propaga a idéia da “necessidade” da ocupação na Amazônia como medida de segurança nacional⁷.

O terceiro momento é marcado por uma certa desaceleração do êxodo rural (período iniciado após os anos 80, a “década perdida”, até os dias atuais). O autor explica esse fato a partir de dois motivos: efeito de uma redução das taxas de crescimento demográfico no País (que reduziram em 50% nas últimas décadas) e de uma diminuição quantitativa da própria população rural. Além disso, essa terceira fase se diferencia por apresentar rotas de migração caóticas, que se orientam em várias direções do Brasil. Os grandes focos de atração populacional são geralmente as cidades de médio porte que se apresentam como oportunidades de condições de vida melhores possibilidades de subsistências, segundo o sociólogo.

Sobre esse momento atual, Bursztyn diz haver uma curiosidade: surge um novo tipo de migrante, o “perambulante”, que não se fixa em um local por muito tempo, migrando sem parar e mantendo, muitas vezes, o vínculo com o local de origem. Muitos dos moradores de rua que vivem em Brasília podem ser identificados, segundo Bursztyn e Araújo, como “perambulantes” que temporariamente voltam aos seus locais de origem ou que já estiveram em outras cidades brasileiras antes de virem à Brasília.

Carlos Lessa apresenta uma idéia paradoxal sobre a cidade e suas possibilidades. Para o autor, a cidade sempre reproduziu a difícil inserção do pobre no estilo de vida urbano. Ao mesmo tempo, diz ele, a cidade brasileira foi “a ‘universidade’ que ensinou a esse mesmo pobre a sobrevivência nas brechas da sociedade e a prospectar estas transformações (econômicas), adaptando-se a elas.” (Lessa, 2000: 13). Daí uma das explicações possíveis da constante volta dos migrantes, mesmo os errantes, aos centros urbanos.

Brasília: foco de atração de migrações e exclusão

⁷ Para maior detalhamento dessas fases migratórias, vide o autor. Bursztyn. Capítulo um: No Meio da Rua – nômades, excluídos e viradores (p. 46 e 47).

Como nos mostra o sociólogo Dijaci de Oliveira⁸, desde sua construção, Brasília se apresenta no cenário brasileiro, como um atrativo pólo de migração, um eldorado com “incríveis” oportunidades econômicas. Essas oportunidades se refletem em possibilidades de consumir produtos, cidadania e políticas sociais. Essa visão da cidade não se deixa abalar pela visível segregação espacial das classes sociais de Brasília.

Quando falo em Brasília, refiro-me à cidade, cuja organização arquitetônica e de espaço faz com que a segregação social vivida entre seus moradores passe a ser também espacial⁹.

Apesar das tentativas de Lúcio Costa em amenizar essa segregação – como, por exemplo, a idealização das quadras 400 levando em conta o fator econômico para que outras classes pudessem compartilhar do Plano Piloto da cidade - o que se institucionalizou, desde o início da construção de Brasília foi a manutenção da classe média no Plano Piloto e a expulsão das classes populares para longe do centro.

A NOVACAP, no início da viabilização da cidade, construiu um anel viário, mais conhecido como anel sanitário que encobriu um forte discurso político de uma segregação espacial das diversas classes sociais. Por meio da concessão de terras pela NOVACAP, esse anel sanitário absorveu a classe média – com a criação não prevista por Lúcio Costa dos Lagos Sul e Norte, dos Setores de Mansões... – e expulsou as classes populares.

Até mesmo a Cidade-Livre, hoje conhecida como Núcleo Bandeirante (que permaneceu dentro desse anel) sofreu modificações do governo local para se “adaptar” ao espaço atual. O setor de mansões Park Way, encostado ao Núcleo Bandeirante, representou nada menos que uma tentativa de impedir o crescimento dessa cidade na forma de uma favela ou de um subúrbio descontrolado. O Park Way materializou-se, assim, no espaço físico como mais um local vendido à classe média. Ceilândia (antiga invasão do IAPI) foi

⁸ A referência textual desse autor se encontra em artigo de livro de Bursztyn (op. Cit). O nome do texto é: *Migração, Redes e Projetos*.

⁹ Esclareço que meu objetivo com essa exposição não é o de cair num discurso reducionista de que a cidade é malévola e discriminatória apenas e que sempre se configurou dessa forma, desde sua criação. Como nos lembra o sociólogo Luis Sérgio D. da Silva, uma cidade que prosperou e se consolidou com o ritmo e densidade populacional de Brasília não pode ser reduzida a uma explicação simplória. Em seu livro, *A Construção de Brasília*, o autor nos ensina a importância de se entender a edificação da cidade-capital a partir da simbologia que ela representou ao País na década de 50, a vontade política de um Governo desenvolvimentista aliada a grupos de arquitetos modernistas que embarcaram, junto com muitos que para cá vieram, no sonho futurista de um Brasil melhor, sem desigualdades e injustiças sociais. Seu livro apresenta uma séria e criativa interpretação dos tipos sociais que para cá se deslocaram e se instalaram, baseados em autores como Weber e Benjamim.

instalada fora desse anel e as três primeiras letras do seu nome, CEI, indicam a sigla: Comissão de Erradicação de Invasões.

Essas idéias são apontadas pelo arquiteto, professor da UnB, Antônio Carpintero¹⁰ e nos indicam uma clara força política que se configura numa relação sócio-espacial de não socialização entre as classes de Brasília. O estudo recente sobre os jovens de Brasília de Abramovay (et alli – como mostraremos a seguir) mostra como os jovens das cidades satélites se sentem discriminados pelos jovens do Plano Piloto, discriminação essa que dificulta o acesso dos primeiros a locais públicos como shoppings, praças, etc.

A segregação espacial acaba por deixar transparecer o forte caráter da desigualdade social típica do Brasil no espaço urbano de Brasília. Para Buarque, “Brasília é um símbolo deste século que se termina e também um exemplo dos problemas da migração moderna, um caso típico da convivência do moderno com o nomadismo”(1997: 10).

Dessa análise, Buarque cria o neologismo *modernômades* para se referir aos imigrantes em Brasília que tiram do lixo produzido pela modernidade, sua sobrevivência.

Os *modernômades* são produzidos pela modernidade e vivem da modernidade. Vieram para Brasília expulsos pela modernização em suas localidades de origem, atraídos pela modernização que fez a nova capital – mas nela não se integram socialmente, passando a viver do lixo que a modernidade produz (idem, idem).

Para o economista, os *modernômades* já sabem que não vão encontrar nem emprego e nem renda e, por isso, vêm para Brasília em busca do lixo produzido pela modernidade. Tiram do lixo sobras – comida e resíduos jogados fora pelos modernos – que garantem sua sobrevivência.

A pobreza dessas pessoas é grande e, para Bursztyn e Araújo, a conclusão mais importante é que a falta de um programa de reforma agrária produz esses “refugiados”. É evidente que essa questão tem de ser resolvida por uma política nacional.

¹⁰ As idéias discutidas aqui são o fruto de um debate entre o Professor Antônio Carpintero e os alunos de Sociologia Urbana, ocorrido no dia 09 de outubro de 2000. Nome da dissertação, *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil (1956-1998)*.

Discussão do tema proposto

Pereira e Castells são dois teóricos que me ajudaram na construção do tema. Como vimos, o Brasil apresenta-se como País essencialmente urbano já na década de 70, o que significa dizer que a população brasileira migrou e continua migrando para os centros urbanos de médio e grande porte até os dias atuais. Em Brasília, a população migrante constitui-se em sua maior parte de pessoas (os “perambulantes”) que migraram várias vezes para outras cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e voltam para seus lugares de origem sabendo que voltarão a migrar.

Luiz Pereira nos ajuda a perceber uma questão importante nessa discussão. Segundo este autor, as pessoas expulsas do campo por falta de condições mínimas de sobrevivência buscam outro estilo de vida nas cidades, as quais se apresentam como centros de oportunidades de vida e de consumo. Pereira diz haver, no modo de desenvolvimento capitalista, uma necessidade das pessoas consumirem bens materiais e não-materiais. Esse modo econômico-social de produção tem como subprocesso primordial a urbanização, que por sua vez, definirá um modo de vida das cidades, distinto da vida rural, que irá se desenvolver em torno do mundo do consumo, composto por produtos e mercadorias como televisão e telefone; além de produtos não-materiais, como necessidade de consumo de políticas públicas.

Marcel Bursztyn exemplifica esta questão desenvolvida por Pereira. Para o economista e sociólogo, as populações de rua de Brasília, os catadores de lixo seco, entre outros¹¹, aspiram consumir. Marcel diz que os diferentes grupos que vivem da rua,

têm traços comuns, como o grau de pobreza, o convívio com a violência e o baixo nível de escolaridade. Tem, cada um, formas específicas de relacionamento com a cidade, com o trabalho, além de formas exclusivas de perceber suas relações com o espaço urbano e com as políticas públicas. São exemplos típicos de processos de empobrecimento e de transformação de valores fundamentais pela exclusão. (2000: 237).

Para Luiz Pereira, falar em urbanismo significa satisfazer essas necessidades materiais e não-materiais que são valoradas em termos de *quantum* de consumo (isso inclui bens e serviços). Assim, vivenciamos um mundo nas cidades em que o forte crescimento

¹¹ Em um de seus capítulos, Bursztyn apresenta uma tipologia da população de rua da cidade em 12 grupos: catadores de lixo seco, trabalhadores de rua (flanelinhas), albergados, catadores nômades, sem-lixo e sem-teto

demográfico traz alterações de necessidades, em termos de ampliação e diferenciação de bens de consumo e serviços.

Essa ampliação da necessidade de consumir com a alteração da produção de bens e serviços trará um descompasso entre satisfação plena por parte de quem quer consumir e quantidade de produtos oferecidos. Meios indispensáveis como o mercado de trabalho e a renda-salário precisam se estabelecer para atender essa nova estrutura de necessidades exigido pelo estilo de vida capitalista urbano. Este descompasso define o que Pereira e outros autores denominam de *urbanização sócio-pática*.

A urbanização sócio-pática caracteriza, pois, o estado disnômico (desequilíbrio) do sistema nacional de produção-distribuição-consumo (efetivo mais potencial) em sua etapa contemporânea, apresentando-se de uma parte como resultante desse estado disnômico: enquanto urbanização *tout court* e atuando convergentemente com o aumento demográfico, promove a aspiração de um padrão de vida 'material' e 'não-material' não-atendidos pelos setores sócio-geográficos capitalistas 'sufocados' e, em conexão, estimula a concentração populacional 'desmesurada' nos setores sócio-geográficos capitalistas mais 'dinâmicos', sobretudo nas áreas citadinas industrializadas. (1973: 71 e 72).

Os bens não-materiais mencionados por Pereira podem ser vistos como a necessidade de consumir políticas públicas. De acordo com Bursztyn, as políticas públicas, ou mecanismos de proteção social, se encontram em um momento frágil em decorrência da era neoliberal que prega, entre outras políticas econômicas, o não envolvimento do aparelho do Estado no desenvolvimento de políticas sociais. Em países subdesenvolvidos como o Brasil a situação é ainda pior, pois esses mecanismos de proteção social nem mesmo se consolidaram. (Bursztyn, 2000: 29).

Essa situação se junta às novas formas de pobreza, miséria e exclusão decorrentes de descompassos entre população crescente urbana e falta de perspectivas de emprego e pioram as chances de inserções na vida urbana. Tem-se a existência de um novo tipo de exclusão social¹² que não mais *marginaliza* o indivíduo, mas que o coloca *fora* do sistema econômico e social. “Não tem acesso ao mercado de trabalho (nem mesmo informal), não tem perspectiva de engajamento (independentemente de seu grau de qualificação

errantes e sedentários, catadores complementares, andarilhos, pivetes, foras-da-lei, hippies e pedintes de Natal. Capítulo “Vira-mundos e Rola-bostas”, p. 239 a 246.

¹² O sociólogo Elimar Pinheiro do Nascimento desenvolve uma teoria da exclusão social contemporânea. Segundo este autor, o excluído é aquele que não tem utilidade econômica, nem vontade política e é considerado perigoso do ponto de vista social. Dessa forma ele torna-se passível de eliminação física por não ter qualquer representatividade político-econômico-social. Para um melhor entendimento dessa tese, vide Nascimento, *Dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários*. Em: Bursztyn, op.cit.

profissional) e, cada vez mais, vai ficando de fora dos mecanismos de proteção social do moribundo *welfare state*.” (idem, idem: 34).

Assim, presenciamos mais uma forma de pobreza generalizada e marcadamente dos países pobres que não tiveram uma forte atuação estatal no combate a questões sociais. Os pobres desses países (entre eles é claro, o Brasil) não encontram oportunidades de auxílio de políticas públicas como os pobres dos países ricos que, em situações de desemprego são beneficiários de políticas de proteção social universalizadas e amplas. Dessa forma, são jogados da pobreza para uma vida miserável sendo estigmatizados como “desnecessários”.

Essa questão das políticas públicas é importante também no que diz respeito ao entendimento das condições de vida da população, pois são fenômenos indispensáveis de ajuda social que se somam a questões como renda e que definem a situação de vida da pessoa.

Na verdade, um conjunto de facilidades e serviços (como educação, saúde, saneamento básico e segurança pública), além de amenidades não objetivamente quantificáveis (como beleza cênica e lazer), pode contribuir para elevar a qualidade de vida efetiva da população. Residindo nas proximidades das áreas urbanas mais bem dotadas de infra-estrutura, as populações mais pobres também usufruem – mesmo que marginalmente – de certas vantagens, que podem ser contabilizadas como ‘renda’ adicional. (idem, 48 e 49).

Os bens não-materiais passam a ser, dessa forma, uma das possibilidades buscadas pelas populações migrantes, mas que sofrem com a precariedade dos serviços prestados pelos governos locais, pois a possibilidade de complemento da renda monetária pelas políticas públicas torna-se mais difícil na medida em que essas populações carentes de consumo são removidas para a periferia, onde o acesso aos mecanismos de proteção social é precário e a qualidade de vida ruim.

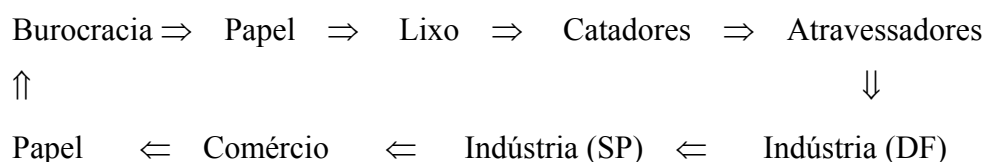
Manuel Castells desenvolve um conceito que nos ajuda a compreender o fenômeno do problema urbano: *over-urbanization*. Inicialmente, Castells diz ser distinto o processo de urbanização ocorrido nos países desenvolvidos do processo ocorrido nos países conhecidos como “subdesenvolvidos”. Segundo este autor, os países “subdesenvolvidos” apresentaram, no final do século XX, um alto crescimento populacional - maior que a taxa de crescimento dos habitantes do hemisfério norte - e, em compensação, um desenvolvimento industrial muito inferior aos padrões dos países desenvolvidos. Esse fenômeno é conhecido como *over-urbanization*: “um termo que denota a idéia de um nível de urbanização mais alto do que o normalmente pode ser obtido, dado o nível de industrialização.” (1979: 41).

Esse conceito tenta mostrar que existe um desequilíbrio entre os níveis reais de urbanização e as possibilidades decorrentes de uma taxa diferente, geralmente inferior, de industrialização. Assim, nem todas as pessoas que buscam o estilo de vida urbano conseguirão obter empregos em indústrias locais, por exemplo. Dessa forma, o que podemos evidenciar cada vez mais nos centros urbanos brasileiros (e demais países “subdesenvolvidos”) é a concentração espacial de uma população carente, com um padrão de vida baixo e uma alta taxa de desemprego ocasionado pela incapacidade de absorção de toda a população advinda do campo.

O termo *over-urbanization* nos ajuda a compreender o problema das grandes cidades, como Brasília, em termos de um crescimento desproporcional da pobreza urbana, bem como o crescimento desigual de ocupações de terras públicas por populações que não conseguem obter emprego. Desse modo, por falta de opções de moradia e emprego, invadem terrenos que originam as favelas, as invasões, os subúrbios miseráveis típicos dos países do hemisfério sul que no mundo contemporâneo se espalham e crescem também em cidades européias e norte-americanas.

Marcel retoma essa problemática ao tentar explicar porque os migrantes “perambulantes” escolhem Brasília. Segundo este autor, é evidente a existência de um estrangulamento do mercado de trabalho local, principalmente por causa da inexistência de oferta de emprego industrial. Como explicar, então, as altas taxas de migração que se desembocam na cidade? Um dos fatores, ao qual me detenho no momento, diz respeito à possibilidade de integração numa rede econômica local que, embora marginal, é de utilidade real a circuitos econômicos específicos, como os catadores de papel que vendem o lixo seco recolhido para indústrias locais de reciclagem. Assim, Brasília se configura no cenário brasileiro enquanto grande centro urbano de atração de populações à despeito de um fraco desenvolvimento industrial.

Marcel apresenta um esquema (o qual reproduzo) que mostra como os catadores se integram em uma das redes econômicas da cidade:



Os atravessadores são os que fazem o elo entre os catadores e as fábricas, são os que recolhem o lixo com o catador, vendem para as fábricas e devolvem o dinheiro para o catador.

Na verdade, consolida-se uma subsociedade que se mantém às custas de uma crise de governabilidade do Estado que não é capaz de empreender ações de combate à crescente exclusão social dos moradores de rua da cidade.

Podemos perceber a existência de uma estrutura complexa que inclui cidadãos, moradores de rua, sociedade civil e governo local e que nos traz muitos desafios. Como vimos, Brasília representa mais um Brasil de fortes contradições sociais. Essas contradições são exacerbadas pela exclusão decorrente de um rápido e desigual processo de urbanização da qual a indústria de empregos e políticas de proteção social – de um País que ainda está engatinhando em termos de empreendimentos públicos e políticas sociais – não consegue absorver e a partir da qual, a modernidade produz alternativas, ainda que precárias, de sobrevivência, pois o lixo produzido por nós modernos é a fonte de renda de muitos desses moradores de rua. Bursztyn sintetiza esse problema:

Um lado perverso da exclusão do trabalho é que as pessoas vão sendo conduzidas no sentido do rebaixamento na hierarquia social. Acabam perdendo vínculos que possam permitir uma reinserção. Perdem a proteção social, perdem a referência do lar, freqüentemente perdem os vínculos familiares, perdem a auto-estima. Dificilmente conseguem um caminho de volta. Deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser vistas como ‘problema’. E, nessa categoria, são objeto, na melhor das hipóteses, da caridade. (Bursztyn, 2000: 51 e 52).

A análise do espaço público da rua e das políticas sociais e de lazer também emerge no discurso dos jovens da periferia (das cidades-satélites de Ceilândia, Samambaia e Planaltina) de Brasília. Segundo os autores do livro *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers*¹³, as possibilidades lúdicas de diversão expressam as precárias condições de vida da periferia em comparação com a população moradora do Plano Piloto.

Como se sabe, a morfologia espacial da cidade permite uma maior exclusão social, além de mostrar maior distância física entre a população do Plano e a da periferia. De acordo com esses autores, a vida no Plano Piloto é marcada pela mescla entre poder público e poder econômico o que denota formas diferentes de acesso a bens públicos e materiais em relação às populações da periferia.

¹³ Miriam Abromovay, Julio Waiselfisz, Carla de Andrade e Maria das Graças Rua. Garamond, 1999.

Acrescenta-se a essa diferença de acesso, questões raciais e culturais que se transformam em formas de segregação da população periférica, composta em sua maior parte por migrantes nordestinos e mestiços. Segundo Abromovay, Waiselfiz, Andrade e Rua,

... a diferenciação e a separação social são fenômenos característicos de todas as grandes cidades. O grande problema do DF é a segregação que se expressa na impossibilidade de ver e conhecer o outro, aquele que não é igual, acarretando uma espécie de ‘redoma’ e uma ‘cidade protegida’, onde os indivíduos não se cruzam. (1999: 37).

O que eles mostram nessa pesquisa é que a idéia de “redoma”, de “ilha da fantasia” é mencionada pelos próprios jovens entrevistados da periferia de Brasília. Uma cidade capaz de viver cotidianamente sem a representação da pobreza, que se desvia para os arredores, longe da vida dos “iguais” moradores do Plano Piloto.

A percepção que o jovem que vive na periferia faz de si é construída a partir da idéia de ser o outro em comparação com o jovem do Plano. Assim, se percebem como jovens que se encontram em uma situação secundária, com menores chances de trabalho, diversão e consumo, vítimas de preconceitos constantes por parte desse outro provido de dinheiro, entre outros bens materiais e não-materiais. São quase sempre estigmatizados como ‘malandros’ por parte da mídia e demais habitantes de classe média da cidade. Percebe-se como a questão do espaço e do lugar de moradia carrega falsas idéias. Nas palavras de jovem de 18 anos, morador de Samambaia: “... às vezes eles acham que você é ladrão. às vezes, você chega num serviço e perguntam, aonde você mora? ‘Moro em samambaia’, já inibe, já pensa que você é um malandro. Quando eu falei Samambaia o cara falou: ‘Volta depois’”. (1999: 39).

Uma das preocupações sempre presente na fala desses jovens é a falta de oportunidades de emprego, de estudos, de chances de ingresso nas universidades e de perspectivas ocupacionais. São jovens que sabem das dificuldades decorrentes de um modo de vida difícil economicamente e que, muitas vezes, acabam escolhendo a vida criminal por falta de perspectivas.

Em relação ao espaço público, os jovens de periferia o percebem enquanto lugar desprovido de facilidades como os espaços do Plano Piloto. São geralmente fechados cheios de poeira (como por exemplo, as praças freqüentadas pelos jovens) e sofrem com o descuido da população e governo locais; condicionantes da exclusão e discriminação

sofrida pelos moradores. Sobre a infra-estrutura das cidades-satélites, os jovens falam em três níveis: primeiramente, os serviços públicos que recebem a melhor avaliação são a coleta de lixo e o abastecimento de água; em seguida, a educação e a saúde são avaliadas como bens de qualidade regular; por último, a diversão, o lazer e a segurança pública são tidos como os piores programas de infra-estrutura dessas regiões.

A grande questão que podemos observar é a existência de uma exclusão social colada a uma forte desigualdade de renda entre ricos e pobres. Pode-se dizer que o grande problema que acarreta estigmas e preconceitos sociais diz respeito a essa desigualdade, ou seja, à inclusão ou não de certos segmentos da população (em geral, a população pobre) em um estilo de vida urbano que se materializa no espaço das cidades e no acesso a políticas públicas.

O sociólogo Dijaci David de Oliveira traz outras perspectivas de análise dos catadores de papel. Para este autor, os migrantes que perambulam pela cidade conseguem se manter por causa de três elementos: a possibilidade de sobreviver do lixo; a possibilidade de conseguir alimentos no dia-a-dia; e a esperança de futura ajuda (como o fornecimento de lotes – ação característica do Governo atual do Distrito Federal).

A rede econômica da qual o catador de lixo faz parte, não deixa de representar uma estrutura de superexploração do trabalhador rural (quase todos migrantes da cidade são originários do campo) em benefício do grande capital. Sua mão-de-obra é explorada pelas empresas que preferem pagar barato o trabalho feito pelo catador (que já seleciona todo o lixo recolhido) ao invés de despende mais gastos no recolhimento próprio dos contêineres de lixo das muitas repartições públicas da cidade. (Oliveira, 2000: 183). Assim, se consolida uma subestrutura de trabalho que explora a mão-de-obra dos catadores no lugar de se contratar pessoas e pagar encargos trabalhistas para fazer o recolhimento do material, bem como separá-lo. Nas palavras do autor, “o que à primeira vista parece ser uma ‘caridade’ (comprar o papel dos moradores de rua), na verdade se traduz numa superexploração do trabalho.” (idem, 184).

O que podemos indagar, com base nos argumentos levantados principalmente por Bursztyn e Oliveira, é se a estrutura econômica da cidade da qual os moradores de rua parecem se beneficiar não representa mais uma forma criada pela modernidade brasileira de consolidação de uma subsociedade superexplorada que se desenvolve e se fortalece de

forma precária, sem causar a inserção definitiva do pobre urbano no modo de vida local. Pode-se perceber que essa questão se impõe à cidade-capital contemporânea como um desafio complexo que envolveria uma ampla discussão. Como nos mostra Bursztyn, a falta de perspectivas de políticas públicas e a não-inserção social no estilo de vida urbano dificultam o enfrentamento desse problema. De acordo com este autor, o próprio governo local é omissos a essa questão e não sabe como começar a resolver a situação precária de vida dessas populações de rua. Por outro lado, como nos mostra Oliveira, essa população espera se inserir na vida urbana, a partir da perspectiva de conseguirem lotes para morar. Enquanto isso não ocorre, preferem se estabelecer perto dos centros para sobreviverem do lixo produzido por nós modernos.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Miriam *et. alli.* 1999. *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.* Rio de Janeiro: Garamond;
- BUARQUE, Cristovam. 1997. **Prefácio: a diáspora da modernidade.** Em: BURSZTYN e ARAÚJO. *Da Utopia à Exclusão: vivendo nas ruas de Brasília.* Rio de Janeiro/Brasília: Garamond/CODEPLAN;
- BURSZTYN, Marcel (org.). 2000. *No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores.* Rio de Janeiro: Garamond;
- CASTELLS, Manuel. 1979. *The Urban Question.* London: Edward Norton;
- FREITAG-ROUANET, Barbara. *Cidades Gigantescas são Pilares da Globalização.* Em: Correio Braziliense, 28/09/1997;
- LESSA, Carlos. 2000. *Prefácio: os ovos da serpente.* Em, BURSZTYN, M. *No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores.* Rio de Janeiro: Garamond;
- OLIVEIRA, Dijaci D. 2000. *Migração, Redes e Projetos: os moradores de rua em Brasília.* Em, BURSTYN, M. *No Meio da Rua: nômades, excluídos e viradores.* Rio de Janeiro: Garamond;

- PEREIRA, Luiz (org.). 1973. *Urbanização e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar;
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da Silva. 1997. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora UFG;
- STREN, Richard. 1995. **Towards a Research Agenda for the 1990s: an introduction**. Em: *Urban Research in the Developing World*, vol. 3. Toronto: University of Toronto Press;
- VALLADARES, L. e COELHO, M. P. 1995. **Brazil and Venezuela**. Em: *Urban Research in the Developing World*, vol. 3. Toronto: University of Toronto Press.